

INTRODUÇÃO

«**A** *Dei Verbum* é o mais belo documento do Concílio Vaticano II.»¹ É desta forma que D. Rino Fisichella define o documento conciliar que pretendemos comentar e aprofundar nesta obra, que pretende celebrar os sessenta anos da redação e aprovação do mesmo. Não podemos afirmar taxativamente se a *Dei Verbum* é o mais belo ou o mais importante dos documentos conciliares, mas não podemos ignorar a sua relevância no âmbito do estudo da Revelação Divina em geral e da Sagrada Escritura em particular.

A *Dei Verbum* não constitui apenas um ponto de partida; ela é igualmente um ponto de chegada de um caminho que encontrou no Concílio Vaticano I (1869-1870) a sua alavanca. Efetivamente, se o Concílio de Trento foi determinante para o estabelecimento do cânone bíblico e para a preservação da ortodoxia da fé e da Tradição nos debates com os protestantes, não deixou de condicionar o natural desenvolvimento dos estudos bíblicos, sobretudo diante da emergência da crítica histórica, do racionalismo protestante e da evolução do pensamento científico. Até ao Concílio Vaticano I, a Igreja nunca se conseguiu soltar das amarras da apologética para defender a fé e a Bíblia dos extremismos protestantes. Ao invés, a Sagrada Escritura permanecia como uma mera fonte de argumentos para defesa das doutrinas da Igreja (o chamado biblicismo), em vez de ser fonte de doutrina da revelação de Deus. Por outro lado, a resistência em apostar nas traduções

¹ Cf. FISICHELLA, R., *La Rivelazione come Parola di Dio* (trad.: *A Palavra de Deus. Redescobrir a Dei Verbum, O Vaticano II hoje*, Paulinas Editora, Prior Velho, 2022, 58).

para línguas vernáculas manteve a Bíblia inacessível a grande parte do Povo de Deus. Se é verdade que o Concílio Vaticano I na sua constituição *Dei Filius* não irá dizer nada de novo do ponto de vista doutrinal acerca desta matéria, aponta caminhos para um ulterior aprofundamento e desenvolvimento das temáticas que a *Dei Verbum* irá posteriormente consignar. Em primeiro lugar, promove a necessidade de um cuidado estudo bíblico nos Seminários e o incremento de uma renovada pastoral bíblica no seio das comunidades cristãs, aspeto que as três encíclicas papais pré-conciliares irão potenciar: a encíclica *Providentissimus Deus*, de Leão XIII (1893); a encíclica *Spiritus Paraclitus*, de Bento XV (1920); e a encíclica *Divino Afflante Spiritu*, de Pio XII (1943). Em segundo lugar, expõe com acuidade a natureza da revelação bíblica, com insistência na interpretação autêntica da Escritura pela Igreja. Efetivamente, a afirmação de que a revelação divina pode ser objeto de fé dos cristãos significa um passo em frente na história da teologia.

É neste cenário que irrompe a *Dei Verbum*, momento chave que apresenta à Igreja uma nova visão da revelação e da Sagrada Escritura. A Bíblia desamarra-se finalmente das malhas da apologética e das tendências concordistas, para se afirmar definitivamente como aquilo que já Leão XIII preconizava: ser «alma da teologia». Esta mudança de rumo não se verifica apenas na repetição e aprofundamento desta premissa leonina, mas na própria quantidade de citações e fundamentações bíblicas que se encontram nos vários documentos conciliares.

Apesar da sua importância, a *Dei Verbum* teve um percurso atribulado: a sua elaboração demorou os três anos em que decorreu o Concílio. Foram propostos quatro esquemas prévios, e só o quinto esquema obteve, finalmente, a votação consensual. Qual o motivo para este percurso acidentado? As razões prendem-se

sobretudo com questões terminológicas, uma vez que ainda se continuava a usar um léxico demasiado embrenhado numa atitude defensiva e até preconceituosa face à crítica histórica e ao racionalismo moderno. Nesse sentido, houve a necessidade de clarificar alguns termos e proceder a uma correta hermenêutica teológica dos mesmos, sobretudo os de revelação, inspiração e inerrância. A necessidade de “purificar” esta terminologia levou à rejeição do primeiro esquema da Constituição, intitulado *De fontibus Revelationis* e dividido em cinco capítulos. Se os três últimos capítulos não ofereceram grande preocupação (3. O Antigo Testamento; 4. O Novo Testamento; 5. A Sagrada Escritura na Igreja), o mesmo não se pode dizer dos dois primeiros (1. A dupla fonte da Revelação; 2. Inspiração, inerrância e géneros literários). O esquema foi recusado, mas o tema não foi retirado do debate, pelo que o Papa João XXIII nomeou uma comissão especial que reelaborasse o esquema e imprimisse um cunho mais bíblico e ecuménico. A recusa deste primeiro esquema deveu-se essencialmente a três motivos:

1. O título, desenvolvido posteriormente no primeiro capítulo, não respeita a natureza da revelação divina. A Tradição e a Escritura não são fontes da revelação, mas canais pelos quais Deus Se autocomunica ao ser humano. Nessa perspetiva, a fonte da revelação é apenas uma: o próprio Deus;

2. A necessidade de precisar melhor o que se entende por revelação;

3. A distinção clara entre as duas fontes da revelação. A sensibilidade comum ia na linha de uma intrínseca unidade entre Escritura e Tradição, e não na ótica de uma contraposição, como no tempo em que o confronto entre católicos e protestantes era mais incisivo. O Magistério deveria igualmente ser reconhecido não só como árbitro que dirime questões difíceis entre ambas as

partes, mas como ouvinte (primeiro) da Palavra de Deus, aspeto que o primeiro parágrafo da *Dei Verbum* irá posteriormente enfatizar.

O documento final, cujo título, «A Palavra de Deus», manifesta a mudança de perspetiva relativamente à temática da revelação, foi aprovado por 2081 dos 2115 votantes. As preocupações iniciais tiveram eco na própria estrutura do documento, o qual é composto por 26 parágrafos divididos por seis capítulos:

- O Capítulo I dedica-se à revelação enquanto tal, enquadrando-a no plano mais lato da Palavra de Deus, que é a forma de Deus Se revelar a Si mesmo;
- O Capítulo II versa sobre a transmissão da revelação, que chega até nós mediante os canais dos quais Deus Se serve para Se autocomunicar: a Sagrada Escritura e a Sagrada Tradição;
- O Capítulo III apresenta, de forma teologicamente renovada, o fenómeno da inspiração e da hermenêutica bíblicas;
- Os Capítulos IV e V desenvolvem as duas partes em que tradicionalmente se divide a Sagrada Escritura, Antigo e Novo Testamento, respetivamente;
- O Capítulo VI define a função que a Sagrada Escritura deve possuir no seio da vida da Igreja enquanto alma da vida eclesial (e não só da teologia).

Este panorama geral permite-nos compreender, de antemão, o novo paradigma que está na base da redação da *Dei Verbum*, nomeadamente o seu tom profundamente bíblico. São 88 as citações bíblicas, com clara predominância de João e de Paulo. É claramente um processo de amadurecimento, mas também de continuidade, como a introdução desde logo dá conta ao se declarar seguidor dos Concílios de Trento e do Vaticano I.